

CRÍTICA FEMINISTA AO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

Rivane Arantes

A democracia que temos

Nossa história foi (e continua sendo) integralmente marcada por relações de poder: relações raciais (dominação das pessoas brancas sobre os povos negros e indígenas), relações de gênero (dominação dos homens sobre nós mulheres), relações de classe (dominação das pessoas que detêm a propriedade dos meios de produção sobre as que só têm a sua força de trabalho para vender), e relações totalmente antropocêntricas (de domínio dos seres humanos sobre a natureza).

Tecidas nesses 512 anos de história do Brasil, essas relações criaram seus próprios modos de reprodução: patrimonialismo, clientelismo, nepotismo, populismo, personalismo, corrupção..., que também caracterizam nossa sociedade e nossas instituições e demarcam não somente a fruição dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhescs), mas o nosso modo de fazer política, o jeito brasileiro de ser poder.

Isso significa que no Brasil política, economia e cultura são experiências praticamente exclusivas de uma elite branca e masculina, no geral heterossexual e religiosa. Não só somos uma das democracias mais desiguais do mundo - nossa diversidade populacional não está refletida qualitativa e quantitativamente nas instâncias formais do poder, como somos também uma das mais desiguais na vivência dos Dhescs - não acessamos ou usufruímos de igual modo, os bens materiais e simbólicos produzidos por todos/as.

Além disso, os principais meios de comunicação sociais e suas produções (TVs, rádios e impressos) estão sob o poder de menos de 10 famílias. São grupos empresariais e, num fenômeno mais recente, grupos religiosos cristãos, que também concentram cargos de representação política no parlamento e no executivo e mantêm estreitas relações com setores conservadores do judiciário, mesmo o Brasil sendo um país pluri-étnico, multicultural e laico.

Essa despolitização da economia e mercantilização da política tem deixado um rastro de corrupção, desconfiança nas instituições, e descrédito na política, principalmente a representativa, que nos é apresentada como o único modo legítimo de fazer política, e tem condenado a maioria de nós mulheres a meras expectadoras-consumidoras.

Hoje, no marco dos 80 anos do voto feminino, embora sejamos maioria do eleitorado e haja pesquisa demonstrando que a maioria dos/as brasileiros/as (94%) votariam em mulheres, nós representamos apenas 9% da Câmara Federal, menos de 10% nas chefias das prefeituras e em torno de 12% dentre os/as vereadores/as. Isso sem falar na ausência das pessoas negras e indígenas desses espaços - na ficha de candidatura da justiça eleitoral não consta o item cor/etnia, mas um rápido olhar sobre eles vão nos dar a radiografia da branquitude desses espaços.

O sistema político brasileiro

E tem sido este o jeito de exercer poder no Brasil, excluindo a maioria de nós mulheres de praticamente todos os espaços de poder ou, quando muito, nos incluindo subordinadamente. Mecanismos como a apropriação privada daquilo que é público e coletivo pela imposição do racismo, sexismo e capitalismo, e a separação da ética da política, pela vivência do individualismo e fundamentalismo, conformam um tipo de cultura que destrói a ideia de justiça, igualdade e diversidade como valor democrático, atingindo o jeito de nós mulheres existirmos como seres políticos.

Essas ideias também penetram o nosso sistema político e o organiza de modo a não permitir a nossa participação nos processos eleitorais e nas outras arenas de poder social, em igualdade de condições

aos homens. A sua estrutura privilegia as formas tradicionais de representação, onde o voto é a única forma legítima de fazer política, fortalecendo esquemas que beneficiam as oligarquias - nicho das famílias tradicionais onde o poder dos patriarcas é determinante, e os grupos econômicos, que utilizam de capital financeiro e simbólico para garantir seus interesses e impedir avanços dos direitos da coletividade que impliquem partilha de poder.

Apenas votando, sem mecanismos eficazes e democráticos de controle dos partidos e dos/as eleitos/as e com os obstáculos para que questões coletivas importantes, como a agenda feminista, sejam decididas por todos/as, este sistema nos coloca na condição de quem assina uma procuração dando poderes ilimitados aos eleitos/as. E a prática demonstra que eles/as se sentem à vontade para fazer dos mandatos instrumento de seus interesses. Por isso precisamos descolar o exercício da política da tradição da representação e ampliar o poder de decidir sobre nossos destinos sem intermediários, através de plebiscito, referendo, iniciativa popular e até de outras formas de decisão (veto popular e revogação de mandato).

Propomos, então, o fim do excesso de formalismo para o exercício das formas diretas de participação. Hoje nós não podemos convocar plebiscitos ou referendos, só o Congresso Nacional, nem podemos organizar campanhas, os partidos políticos concentram esse poder – isso significa que nós não somos autoridade para definir o que importa para nós mesmas/os.

Quanto ao problema dos partidos políticos, não podemos desconsiderar o lugar reservado a eles pelo nosso sistema. Hoje são a única via de acesso ao poder representativo pelas eleições. Isso deveria significar que os mandatos são vinculados a eles e, em tese, subordinados aos compromissos programáticos assumidos pelos seus filiados/as. Mas não é bem assim que acontece...

Logo, os partidos precisam se democratizar: ser dirigidos pelos/as filiados/as (e não apenas pelos/as dirigentes); criar mecanismos de transparência e de controle mais eficazes; e assumir como bandeira de democracia, para dentro e para fora do ambiente partidário, a paridade entre homens e mulheres. De um lado, ampliando espaço para a presença equitativa das mulheres nas suas instâncias internas e disputas eleitorais e, de outro, incorporando a desigualdade de gênero (e raça) nas suas base programática e de proposições, de modo a se desafiar a novos mecanismos e a mudar a sua cultura política.

Nesse sentido, um elemento que chama a atenção na prática política atual dos partidos é a visão privatista e personalista com que são tratados os mandatos e partidos. Pela pouca democracia interna e falta de controle, estes se transformam em acessórios das disputas pessoais dos políticos no dia a dia, que não têm nenhum pudor em trocar de legenda quando ela não mais acolhe seus interesses pessoais, resistindo inclusive, a devolver aos partidos de origem, seus mandatos políticos quando nessa situação (infidelidade partidária).

Problema dessa mesma ordem são as coligações partidárias. Temos visto acordos entre partidos formando coalizões apenas para ganhar eleições, sem nenhum critério de afinidade ideológica, programática ou metodológica, e sem nenhuma coincidência entre o que é praticado pelos diretórios nas três esferas (municipal, estadual e nacional).

Além disso, os partidos e os mandatos não se implicam com as decisões dos processos de democracia participativa (conselhos, conferências...) e, no geral, não têm uma atitude de respeito e escuta das forças políticas da sociedade que defendem os direitos e bens comuns, particularmente os movimentos sociais do campo mais popular. A prática tem sido nos desconsiderar completamente ou nos arregimentar como se fôssemos massa acrítica e apenas votante, incorporando-nos subordinadamente sem incorporar nossas pautas. É isso o que tem acontecido com nós mulheres,

mesmo nos partidos de esquerda, as nossas principais pautas são as primeiras a serem descartadas, e nós arregimentadas apenas para cumprir cota, como “laranjas”.

É preciso recuperar a importância dos partidos como sujeitos da política representativa, mas democratizando seus processos, reforçando a dimensão pública dos mandatos, submetendo a troca de legenda e alianças partidárias à afinidade programática e ideológica, garantindo a paridade entre homens e mulheres nos seus processos de participação e incorporando as agendas sensíveis das mulheres como pautas que não se transigem nos momentos de negociação interna e/ou com outros sujeitos políticos.

Outro elemento estruturante do sistema político, com grande impacto na qualidade da participação de nós mulheres é o modo de financiamento das eleições. No Brasil a eleição dos/as representantes está diretamente vinculada ao volume de dinheiro que a campanha consegue mobilizar. E, embora o Estado financie a ação dos partidos, através de repasses do fundo partidário, a maioria dos recursos para as atividades de campanha são garantidos pelas doações privadas, geralmente de grandes empresas (empreiteiras, da comunicação, igrejas..).

Ora, os inúmeros escândalos de corrupção, lavagem de dinheiro e troca de favores comprovam que esse tipo de financiamento não é desintencionado. Mais dia, menos dia, essa “fatura” é cobrada e quem pagará seremos nós, o povo, que, além de lesados/as, seremos punidos/as com a “transferência” dos recursos das políticas públicas para os cofres dos grupos privados. E nós mulheres, que já estamos em desvantagem, seremos mais prejudicadas, uma vez que estamos sendo arregimentadas gratuitamente para suprir a ausência dessas políticas, principalmente as de cuidados.

Agravando a combinação dessa operação com o patriarcado e o racismo, parcelas significativas da população são impedidas de acessar as instâncias de representação pela financeirização da política. Pesquisas apontam que as campanhas eleitorais brasileiras são das mais caras no mundo, e nessa lógica, custam muito mais alto para nós mulheres, negras e que vivemos em situação de pobreza. É só olhar as nossas casas legislativas e perceber os grupos que estão ali representados (usineiros, empresários, religiosos, donos de rádio e TV...), e se perguntar aonde estão as representações dos pescadores/as, trabalhadoras domésticas, agricultores/as, etc.?

Não estão porque essas pessoas não podem se dar ao luxo de parar de trabalhar para fazer campanha eleitoral; porque elas não têm grupo de apoio financeiro; não têm com quem contar, nem mesmo os próprios partidos apostam nas suas contribuições. Ao final ganha sempre quem tem mais recurso para fazer uma “boa” propaganda política, imprimir material de distribuição, comprar votos, ter relações políticas duradoras e com recurso para investir. Sim porque se trata de um investimento, o empresariado financia a campanha e entrega a fatura depois, quando o candidato/a é eleito/a. E nós mulheres não temos grupos (e não queremos ter nesse modelo) que queiram financiar nossas pautas ou nossa presença, a não ser que pertençamos à oligarquias ou famílias tradicionais. Ai nos inserimos, mas numa condição subordinada, não para ter voz, mas para ser porta-voz dos interesses desses grupos.

Por isso, defendemos o financiamento público e exclusivo das campanhas eleitorais e dos mecanismos de democracia direta que, para ser instrumento de combate às desigualdades nas eleições, precisa discutir os critérios de partilha dos recursos (hoje concentrados no número de parlamentares eleitos/as para a Câmara dos Deputados), se combinar com um rígido controle social e estatal, e com a lista fechada alternando o sexo.

O tipo de lista adotada pelos partidos para apresentar seus candidatos/as é outro instrumento que contribui muito à persistência dessas desigualdades. Hoje, as legendas apresentam uma lista de candidatos/as sem prioridade, majoritariamente formada por homens – a lista aberta, para que a sociedade faça suas escolhas. Daí votamos em quem quisermos, mas, na maioria das vezes, nem

nosso/a candidato/a se elege, nem sabemos quem nosso voto ajudou a eleger.

Isso acontece porque o processo não é transparente, favorece o personalismo (votamos nas pessoas sem considerar o seu partido e o seu projeto) e beneficia quem já está no poder – portanto, os homens brancos e com posses. Ficando pior quando há coligação para as eleições proporcionais, pois a distribuição das cadeiras com os/as candidatos/as vai depender não somente da quantidade de votos de cada um/a, mas do acordo e do lugar que cada legenda ocupa na aliança. É por isso que, numa coligação, fica mais difícil saber quem nosso voto elegeu.

Acreditamos que as listas partidárias fechadas, com alternância de sexo e observando critérios étnico/raciais, geracionais, vivência da sexualidade, territorialidade etc., é a melhor estratégia para garantir que nós mulheres e outras pessoas sub-representadas tenham maiores condições de ser eleitas. Para isso as listas devem ser escolhidas em processos democráticos pelos/as filiados/as dos partidos ou por processos mais amplos. A alternância de sexo nas listas significa que os partidos deverão garantir obrigatoriamente, não somente as candidaturas de mulheres - alternando um homem e uma mulher ou vice-versa, mas uma espécie de reserva das cadeiras dos legislativos para mulheres e homens, já que ao votarmos na lista (e não nas pessoas, por isso que ela é fechada), estaremos elegendo necessariamente mulheres na ordem da lista.

Quanto a lei de cotas partidárias, reconhecemos que ela é um passo significativo no enfrentamento das dificuldades sofridas por nós para acessar os legislativos. Ela assume que há o problema da desigualdade de gênero no nosso sistema eleitoral. Todavia, o fato de a lei apenas obrigar a reserva de percentual de candidaturas (e não de cadeiras nos parlamentos) e, ainda assim, bem inferior à proporcionalidade da população feminina no Brasil – a reserva é de 30%, quando nós mulheres já somos maioria da população, e da posição de subordinação das mulheres nos partidos: continuamos candidatas “laranjas”, com enormes dificuldades para ocupar as instâncias internas de poder, a paridade não é uma realidade e as nossas pautas ainda são relativizadas, em pouco tem contribuído para mudar essa desigualdade.

Para completar esse quadro de interdições do sistema político, ainda pesa a insuficiência de instrumentos de controle do sistema eleitoral e o fato de não termos o direito de utilizar os mecanismos de fiscalização, controle e denúncia das ilegalidades e abusos cometidos durante o processo eleitoral. Hoje apenas os/as candidatos/as e pré-candidatos/as, partidos políticos, coligações e Ministério Público é que podem acessar a justiça. Por isso propomos a transformação do sistema para legitimar a nossa participação no controle do processo eleitoral.

Nós mulheres estamos envolvidas nessa tarefa não somente porque participação é um direito, mas porque temos um fazer político e reconhecemos na participação um modo de afirmação de nós mulheres na sociedade, uma estratégia para ultrapassar a fronteira do confinamento dos lugares tradicionais (casa, família, casamento, etc.) como nosso único destino.

Queremos democratizar a democracia porque queremos decidir, e seguimos propondo mudanças nos seus instrumentos, porque não temos dúvida de que esta transformação não é apenas uma questão de cultura política. Queremos uma democracia com povo e nós mulheres. Queremos mais. Queremos democracia no mundo e em nossas vidas, e sabemos que a reforma do sistema político não dará conta desse direito, mas já é um bom começo. Por isso nos engajamos na luta por uma Reforma Política ampla, que transforme o sistema eleitoral com financiamento público e exclusivo de campanha e lista fechada com alternância de sexo, democratizando também a comunicação e o poder judiciário, não somente para aumentar o número de mulheres no poder, mas para transformar os espaços e o próprio poder.

